

SEAS

Secretário de Estado
Adjunto e da Saúde

**[DISCURSO PROFERIDO NA
TOMADA DE POSSE DOS
ÓRGÃOS SOCIAIS DA
ORDEM DOS MÉDICOS
DENTISTAS PARA O
MANDATO 2016-2019]**

Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Prof. Dr. Fernando Araújo

(9 Janeiro 2016)

Exmo. Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas,

Exmos. Membros dos órgãos da Ordem dos Médicos Dentistas,

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Médicas e Médicos Dentistas,

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores,

Gostaria de começar por agradecer o convite que foi endereçado ao Ministério de Saúde pelo Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas, Dr. Orlando Monteiro, que muito nos honra.

Queria também cumprimentar todos os membros dos Corpos Sociais da Ordem dos Médicos Dentistas que hoje tomam posse e desejar os maiores sucessos profissionais e institucionais.

A história da saúde oral no Serviço Nacional de Saúde foi caracterizada por uma abordagem centrada no tratamento em detrimento da prevenção da doença e promoção da saúde oral.

A esta estratégia não terão sido alheios os constrangimentos, quer clínicos, quer económicos, e que se refletiram na qualidade de vida dos doentes.

Em termos globais, o tradicional modelo curativo de cuidados de saúde oral apresenta custos demasiado elevados, não responde às necessidades

efetivas dos utentes, nem induz uma melhoria dos indicadores de qualidade nesta área.

É por isso necessário apostar na prevenção da doença e na promoção de hábitos de vida saudáveis. É necessária, uma política centrada em 'mais saúde'.

A infeção oral tem sido associada a questões que vão desde o nascimento prematuro e baixo peso dos recém-nascidos, até às patologias cardíacas, estando atualmente determinado que um baixo índice de saúde oral pode ser um importante fator contributivo para várias doenças evitáveis.

Não abordá-la preventivamente constitui, assim, um desperdício dos recursos públicos e desvirtua os mais elementares direitos das Portuguesas e dos Portugueses em matéria de acesso à saúde.

Na União Europeia a 27 foram gastos aproximadamente 79 mil milhões de euros em 2009 em cuidados de saúde orais e se o cenário atual se mantiver poder-se-á atingir os 93 mil milhões de euros em 2020.

Os cuidados de saúde orais representam, assim, a nível Europeu, cerca de 5% dos gastos totais em saúde e 16% dos encargos com cuidados de saúde privados.

Desta forma, podemos afirmar que o Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral encontra uma pertinência substantiva ao analisarmos as conclusões do inquérito europeu de 2011, quando este realça que a Islândia, Itália e Portugal exibiram as taxas mais elevadas entre os países

da União Europeia em termos de necessidades de exame dentário não satisfeitas (respetivamente 14%, 12% e 11%).

Merece também destaque o facto de nenhum dos países analisados pela OCDE exhibir uma prática similar ao mecanismo do cheque-dentista como o observado em Portugal, não obstante políticas de saúde oral diferenciadas, mas não homogéneas, nesses países, para os grupos das crianças, jovens e idosos.

Em Portugal há ainda um longo caminho a percorrer no que à saúde oral diz respeito, nomeadamente ao nível da literacia específica.

Segundo os resultados do 3º Estudo Nacional de Prevalência das Doenças Orais e o Barómetro Nacional de Saúde Oral 2015, ainda possuímos espaço para ganhos relativamente à escovagem dos dentes, à utilização de fio dentário e à realização de check-ups dentários.

Por outro lado, embora tenhamos atingido resultados satisfatórios no que se refere ao nível de acesso a profissionais de saúde oral e a clínicas dentárias, ainda é patente alguma iniquidade entre faixas etárias e níveis socioeconómicos relativamente à frequência na utilização deste tipo de recursos.

Porém, é inequívoca a melhoria de alguns indicadores, a título de exemplo noto a percentagem de crianças com 6 anos de idade livres de cáries.

Podemos afirmar que a saúde oral em Portugal atinge níveis muito animadores nos indivíduos pertencentes aos grupos etários abrangidos pelo Plano Nacional de Promoção da Saúde Oral, nomeadamente os que têm idade igual ou inferior a 16 anos. Em sentido inverso encontram-se os idosos cuja situação justifica uma estratégia pública direcionada especificamente a este grupo populacional, nomeadamente em termos de reabilitação dentária.

Também o Inquérito Nacional de Saúde de 2014 contempla vários dados demonstrativos de uma melhoria significativa na saúde oral dos portugueses nos últimos 10 anos. Entre esses dados temos o facto de as visitas ao dentista, para efeitos de vigilância, terem nos últimos 10 anos quase duplicado, passando de 7% para 13%.

O Programa do XXI Governo Constitucional é claro, nos objetivos a atingir em termos de saúde oral, nomeadamente:

- A criação de um Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados;
- A implementação de políticas de diferenciação positiva orientadas para os cidadãos mais vulneráveis, para as mulheres em idade fértil e as crianças, as pessoas idosas e em situação de dependência;
- A ampliação e melhoria da cobertura do SNS na área da Saúde Oral;
- A adequação da oferta educativa ao nível do ensino superior na área da saúde às necessidades de profissionais de saúde do SNS;
- O reforço da capacidade do SNS através da alocação dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, para alcançar objetivos

concretos de redução do tempo de espera no acesso aos cuidados de saúde, assim como para exames e tratamentos de forma a assegurar cuidados de saúde de qualidade, com segurança e em tempo útil;

- A aposta em medidas de promoção da saúde e de combate à doença.

Os objetivos são ambiciosos mas merecedores de todo o nosso empenho.

Acreditamos que a Ordem dos Médicos-Dentistas continuará a ser um parceiro de primeira linha na implementação deste ambicioso programa de Governo, como aliás tem demonstrado nas suas múltiplas colaborações com a Administração Pública e o poder central, em múltiplos grupos de trabalho, conselhos consultivos e comissões.

O saber e a competência dos seus membros e dos seus dirigentes tem sido fundamental no aprofundamento destas políticas.

O Plano Nacional de Prevenção da Saúde Oral é mais do que o cheque-dentista. Ele traduz-se numa abordagem multissectorial da qual nos permitimos relevar por exemplo o projeto SOBE, mais concretamente Saúde Oral em Bibliotecas Escolares. Já foram disponibilizados quase 150 mil kits de higiene oral relativos a 543 projetos, a decorrerem em dois anos letivos e abrangendo mais de duas mil escolas, tendo vencido o prémio ‘World Dental Hygienists Award 2013’.

Por outro lado, o cheque-dentista teve uma evolução que a todos nos orgulha e cuja reputação já almejou honras internacionais. Desde 2008

que o seu crescimento tem sido inigualável: tendo começado com as grávidas seguidas no SNS e idosos beneficiários do complemento solidário, estendeu-se às crianças e jovens em 2009, com alargamento de coorte em 2013, para ainda incluir os utentes infetados com o vírus VIH/SIDA em 2010 e a intervenção precoce no cancro oral em 2014.

Em 2016 assistiremos à introdução da coorte dos 18 anos e das crianças e jovens com necessidades especiais.

Ao longo destes últimos 8 anos abrangemos:

- Cerca de 303 mil mulheres grávidas, com uma taxa de utilização do cheque-dentista de 82%;
- Mais de 43 mil pessoas idosas, com uma taxa de utilização de 86%;

Nos últimos 7 anos foram envolvidas no programa mais de 1,8 milhões de crianças até aos 13 anos, com uma taxa de utilização média de 65,5%.

Em 6 anos chegámos a 1.779 utentes portadores de VIH/SIDA.

Em suma, desde 2008 foram abrangidos mais de 2,2 milhões de utentes, que utilizaram cerca de 2,7 milhões de cheques (o que correspondeu a uma taxa de utilização de 74%) e que perfizeram um total de 8,5 milhões de intervenções, das quais 59% foram de carácter preventivo, 22% curativo e 3% referentes a extrações. Os custos totais envolvidos ascenderam a valores superiores a 93 milhões de euros.

No entanto, e como já referi é necessário fazer mais e ainda melhor, ter ambição nas metas a atingir e capacidade para as concretizar.

Durante décadas, a saúde oral não foi considerada como uma questão prioritária nas agendas dos governos e organizações internacionais, em parte explicado pelo facto de que um baixo índice de saúde oral afetar principalmente a morbilidade e não a mortalidade.

Contudo, nos últimos anos, tem havido uma perceção crescente da saúde oral como parte integrante da saúde geral, observando-se uma mudança bastante positiva relativamente à sua inclusão nas estratégias de saúde.

Conseguem-se obter ganhos relevantes em termos de saúde oral através de medidas de saúde pública de custo-eficientes, tais como a promoção de uma dieta adequada, um correto controlo da placa e a redução do tabaco, stress e acidentes.

Face aos dados que conhecemos hoje, é necessário manter uma aposta séria e estruturada na melhoria do Plano Nacional de Promoção de Saúde Oral, atendendo, entre outros aspetos, às seguintes preocupações:

- Promover a intersectorialidade de políticas públicas de Saúde em vista à alavancagem do Plano, tais como a promoção de uma alimentação saudável;
- Fazer a integração das vertentes da prevenção e do tratamento inscritas no Plano;
- A educação, nomeadamente nas escolas, é fundamental para a aquisição de hábitos de saúde oral que promovam a proteção a longo prazo;

- Apostar na divulgação dos projetos associados ao Plano na comunicação social;
- Avaliar novas ideias que promovam a saúde oral nos adultos, como por exemplo uma eventual inclusão na medicina do trabalho;
- Manter o esforço económico com o programa do cheque-dentista, se possível aumentando, sempre numa lógica da inclusão dos grupos mais vulneráveis, com um sentido instrumental, não apenas para obter ganhos diretos com a sua aplicação, mas sobretudo pela mudança da prática e dos hábitos dos utentes que tal proporciona;
- Por último, desafiar a Ordem dos Médicos Dentistas, para neste ano de 2016 iniciarmos um projeto-piloto no sentido de avaliar as condições de integração de médicos dentistas no SNS, ao nível dos cuidados de saúde primários, numa lógica de otimização dos recursos disponíveis e da resposta às necessidades dos utentes mais vulneráveis.

Estamos conscientes dos obstáculos que urge ultrapassar para alcançar tamanho desiderato, mas a persistência e resiliência serão elementos essenciais para encarar o futuro com confiança.

Para a concretização das metas a que nos propomos no Programa do Governo e que estamos certos contribuirão de forma decisiva para uma

melhor saúde oral é fundamental o contributo e a atuação da Ordem dos Médicos Dentistas, organismo parceiro neste caminho.

Em nome do Governo aproveito esta oportunidade para vos felicitar e para vos desejar os maiores sucessos pessoais e profissionais para este mandato.